

## **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 257, DE 2016**

Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e dá outras providências.

### **EMENDA Nº**

Suprima-se o § 7º acrescido ao art. 9º da lei de responsabilidade fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) pelo art. 14 do PLP nº 257/2016.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O parágrafo que se pretende suprimir prevê que durante o Regime Especial de Contenção de Despesas serão contingenciadas todas as despesas, com as exceções que menciona. Nestas são incluídos os gastos previstos no § 2º do mesmo artigo, que se refere às “despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida”.

Ora, se o Estado está no mencionado regime de contenção, todas as despesas devem ser consideradas para que se chegue ao equilíbrio fiscal, inclusive os serviços da dívida.

Sala das Sessões, em        de        de 2016.

Deputado Chico Lopes